



Setembro 2020

Ano 31

Nº 3

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa, Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa de DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Rela tório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

Num período de desequilíbrio generalizado, a conjuntura do terceiro trimestre de 2020 tem uma indicação clara: não se pode reconstruir o passado e não se pode evitar a procura de novos quadros e dispositivos institucionais para se poder construir o futuro reconhecendo a mudança que já ocorreu na realidade efetiva das coisas. A crise sanitária em desenvolvimento, por ocorrer em sociedades globalizadas, determina uma distinção clara face a outras experienciadas no passado determinando porque é que a recuperação não pode ser conseguida através do isolamento protecionista de cada sociedade e de cada economia.

Neste número:

- *Dos equilíbrios instáveis ao desequilíbrio generalizado*
- *Perspetiva económica*
- *Demografia. Da transição silenciosa à urgência estratégica*
- *Dinâmicas territoriais e empreendedorismo – a relevância dos ecossistemas de suporte no apoio à inovação*



nesto número

Páginas 4 a 5

Editorial

Páginas 6 a 14

O que fica

Dos equilíbrios instáveis ao desequilíbrio generalizado

Já houve outros episódios históricos de crises sanitárias provocadas por pestes, mas nenhum ocorreu em sociedades globalizadas, e esta diferença é crucial para se compreender porque é que a recuperação não pode ser conseguida através do isolamento protecionista de cada sociedade e de cada economia. Uma vez iniciado o período de desequilíbrio generalizado, a conjuntura do terceiro trimestre de 2020 tem uma indicação clara: não se pode reconstruir o passado e não se pode evitar a procura de novos quadros e dispositivos institucionais para se poder construir o futuro reconhecendo a mudança que já ocorreu na realidade efetiva das coisas.

Neste terceiro trimestre de 2020 foi também conhecido o plano de recuperação que tem de ser apresentado como condição de utilização das transferências de fundos da União Europeia para aplicação na economia portuguesa. É um plano ainda formulado na perspetiva da continuidade, não na de uma oportunidade para renunciar à repetição dos erros do passado.

Páginas 15 a 20

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

As perspetivas da evolução económica internacional continuam dominadas e condicionadas pelas incertezas da evolução da COVID-19, agravadas agora pelo potencial de incertezas e riscos que as eleições norte-americanas de 3 de novembro contêm.

Os processos (geo)políticos em curso, com desenvolvimentos claros neste verão, poderão, “na janela de oportunidade” duma “desordem” político-social norte-americana, evoluir conflitualmente levando o mundo a entrar

num período, no mínimo, perigoso. Nesse cenário, as perspectivas económicas internacionais e europeia, que se esperavam em estágio de recuperação da pandemia, poderão regredir. A economia portuguesa parece acompanhar nesta fase, a evolução europeia.

Páginas 21 a 23

Tema de Fundo

Demografia. Da transição silenciosa à urgência estratégica

A eclosão da pandemia COVID-19 mudou a perceção que temos e a prioridade que damos a tendências longas que se vinham afirmando. Assim, parecem agora finalmente emergir com nova dimensão e merecedora de nova atenção, as oportunidades de uma sociedade com maior longevidade que se encontra em desenvolvimento na Europa já há décadas, mas só recentemente alvo de maior atenção, os dados são agora esclarecedores, e os impactos perceptíveis. Espera-se que os governos e as instituições regionais e locais definam estratégias próprias e contribuam para a criação de soluções que possam ser replicadas de forma ajustada em outras geografias, em vez de esperarem soluções unívocas com menor adesão às realidades locais. É tempo de também em Portugal se fazer este caminho.

Páginas 24 a 28

Estratégia e Competitividade

Dinâmicas territoriais e empreendedorismo – a relevância dos ecossistemas de suporte no apoio à inovação

Uma abordagem ao empreendedorismo integrada, e ancorada no território e nas especificidades dos sistemas locais, permite atingir melhor os objetivos a que os sistemas de empreendedorismo se propõem.

Partindo da análise de alguns projetos empreendedores, pode ser proposta uma metodologia de suporte à inovação e empreendedorismo de base territorial que visa a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, a partir da criação e dinamização de «ecossistemas de suporte»

Na continuação da reflexão sobre o impacto da crise pandémica na economia global, europeia e nacional, atentamos neste Relatório Trimestral nas questões estruturais que os impactos da pandemia tornam visíveis numa leitura mais aprofundada e atenta da evolução do sistema internacional e do sistema económico mundial.

Neste contexto, atentamos na evolução que, desde a crise de 2008, se tem produzido em três equilíbrios instáveis que formavam o sistema sobre o qual o choque da peste incidiu, conduzindo a um período de desequilíbrio generalizado. Assim, a conjuntura do 3º trimestre de 2020 tem uma indicação clara: não se pode reconstruir o passado, e não se pode evitar a procura de novos quadros e dispositivos institucionais para se poder construir o futuro reconhecendo a mudança que já ocorreu na realidade efetiva das coisas.

Uma das mudanças que já ocorreu é a do papel dos EUA no sistema e relações internacionais, que destruiu a condição do multilateralismo que permitia aos Estados Unidos controlar uma grande área de influência sem ter de assumir custos elevados na administração desse seu domínio.

Na sua atual estratégia de hostilidade em relação à União Europeia, os Estados Unidos foram um apoio do Brexit, do mesmo modo que foram promotores de propostas de nacionalismo soberanista em diversos sistemas políticos europeus, evidenciando um interesse numa evolução da Europa no sentido do reforço das soberanias nacionais. O principal efeito da crise do Brexit é o de constituir um teste de realidade para a evolução da União Europeia, que acontece ao mesmo tempo que se realiza o teste de resposta às consequências da peste. Os dois testes estão a reforçar a necessidade da escala que só as instituições da União Europeia podem oferecer.

Neste contexto, as perspetivas da evolução económica internacional continuam dominadas e condicionadas pelas incertezas da evolução da COVID-19, agravadas agora pelo potencial de incertezas e riscos que as eleições norte-americanas de 3 de novembro contêm.

Assim, se os indicadores económicos vêm apontando para uma recuperação diferenciada e hesitante conforme as diferentes situações sanitárias, onde alguns indicadores apontam inclusive para uma recuperação talvez mais rápida do que anteriormente antecipado, haverá que contar, no entanto, com o cenário “severo”, que corresponde na prática a maiores dificuldades

Uma vez iniciado o período de desequilíbrio generalizado, a conjuntura do terceiro trimestre de 2020 tem uma indicação clara: não se pode reconstruir o passado e não se pode evitar a procura de novos quadros e dispositivos institucionais para se poder construir o futuro reconhecendo a mudança que já ocorreu na realidade efetiva das coisas.



na gestão da pandemia, quando uma segunda vaga parece estar a surgir, com os consequentes reflexos económico-sociais.

No contexto desta evolução e das perspetivas da evolução económica internacional, dominadas e condicionadas pelas incertezas da evolução da COVID-19, o presente Relatório discute duas linhas de oportunidade para o futuro: uma sociedade com maior longevidade e o empreendedorismo de base territorial.

A evolução em curso vem reforçando a mudança de perceção e a prioridade que damos a tendências longas que se vinham afirmando, como o são as oportunidades geradas na transição para uma sociedade com maior longevidade. Neste Relatório Trimestral retomamos este tema, sobre o qual tivemos por diversas ocasiões oportunidade de refletir ao longo de duas décadas na sua relação com a economia e a política económica, aproveitando a recente divulgação pela Comissão Europeia de um relatório sobre o tema, ao qual se deverão seguir outros desenvolvimentos a ter em atenção.

A indicação que é já clara neste relatório é a de que não deverá existir uma abordagem única europeia a esta questão, esperando-se que os governos e as instituições regionais e locais definam estratégias próprias e contribuam para a criação de soluções que possam ser replicadas de forma ajustada em outras geografias. É o mote para pensar naquilo que será campo de oportunidade para o próximo período, agora que foi também conhecido o plano de recuperação que tem de ser apresentado como condição de utilização das transferências de fundos da União Europeia para aplicação na economia portuguesa. Na nossa leitura, trata-se de um plano ainda formulado na perspetiva da continuidade. Desta forma, serve o propósito de permitir o acesso a transferências da UE, mas será necessário mais para servir o interesse da efetiva recuperação para um novo ciclo de crescimento económico naquelas que vierem a ser as condições de futuro.

Outra linha de atuação para a recuperação – complementar e que ganhará com algum grau de interligação com aquela – será certamente a consolidação da aposta que tem vindo a ser feita no empreendedorismo. O Relatório retoma ambos os temas, enquadrados no novo quadro estratégico e económico, onde uma perspetiva de proximidade e territorialização do desenvolvimento ganha forma.

A todos, boas leituras, e votos de boa saúde.

No contexto das perspetivas da evolução económica internacional, dominadas e condicionadas pelas incertezas da evolução da COVID-19, o Relatório discute duas linhas de oportunidade para o futuro: uma sociedade com maior longevidade e o empreendedorismo de base territorial.



Dos equilíbrios instáveis ao desequilíbrio generalizado

O terceiro trimestre de 2020 veio revelar o que acontece quando um sistema formado por três equilíbrios instáveis é atingido pelo choque exógeno de uma pandemia.

Os três equilíbrios instáveis têm estado a evoluir pelo menos desde a crise financeira global de 2008, ainda que uma interpretação rigorosa destes processos deva recuar até ao efeito dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 contra as torres gémeas do World Trade Center em Nova Iorque e às consequências da queda do muro de Berlim de 9 para 10 de Novembro de 1989 que vai conduzir à desagregação do bloco soviético.

Os três equilíbrios instáveis que são relevantes para a atual conjuntura eram o padrão de ordem mundial que articulava o poder hegemónico dos Estados Unidos no modelo unipolar, que se estruturara desde a desagregação do sistema soviético mas que estava agora ameaçado pela expansão da China; o desenvolvimento do programa de estruturação da União Europeia que teria de ser reformulado depois da decisão de abandono pela Grã-Bretanha desse projeto de formação de uma base de poder mundial que pudesse fazer uma arbitragem de equilíbrio entre os poderes dos Estados Unidos e da China; e, finalmente para o caso com maior relevância para Portugal, o terceiro equilíbrio instável era articulação, sobretudo na Europa meridional, de uma baixa taxa de crescimento durante um período muito longo, com a formação de um nível de endividamento que seria insustentável com os recursos internos desses países, apesar de o regime económico ser caracterizado por baixas taxas de juro e de inflação, com políticas acomodatórias dos bancos centrais europeus, o que colocava a dificuldade da articulação entre a ótica interna nacionalista e a ótica externa integracionista.

É sobre este sistema global de três equilíbrios instáveis que incide o choque da peste. É um choque que conduz a uma paralisação das relações sociais, com a imposição da estratégia defensiva da distanciamento social para evitar que os contactos fossem fatores de contágios, o que, por sua vez, conduz a um congelamento da economia, com a compressão súbita e simultânea da oferta e da procura e com os fluxos de rendimentos de salários, juros e rendas a ficarem desconectados da geração desses rendimentos, o que implica a

*Desde a crise de 2008 evoluíram
três equilíbrios instáveis, que
formavam o sistema sobre o qual
o choque da peste incidiu,
conduzindo a uma paralisação das
relações sociais, congelamento da
economia e destruição do capital
das empresas.*



destruição do capital das empresas quando as suas despesas deixam de ter correspondência com as suas receitas.

Este choque exógeno não resulta de uma evolução natural, endógena, de qualquer destes três equilíbrios instáveis, o que significa que os agentes responsáveis pelas decisões que antes os articulavam, em que cada um compensava as crises que ocorriam em qualquer dos outros, deixaram de ter referenciais de orientação – com a consequência de os três equilíbrios instáveis se precipitarem num desequilíbrio generalizado perante a impotência dos decisores políticos e económicos.

Já houve outros episódios históricos de crises sanitárias provocadas por pestes, mas nenhum ocorreu em sociedades globalizadas como são as atuais – e esta diferença é crucial para se compreender por que é que a recuperação não pode ser conseguida através do isolamento protecionista de cada sociedade e de cada economia .



Já houve outros episódios históricos de crises sanitárias provocadas por pestes, mas nenhum ocorreu em sociedades globalizadas como são as atuais – e esta diferença é crucial para se compreender por que é que as defesas tradicionais da quarentena e do distanciamento social não estão a ter agora a mesma eficácia que tiveram no passado e, sobretudo, para se compreender por que é que a recuperação não pode ser conseguida através do isolamento protecionista de cada sociedade e de cada economia, porque numa crise de desequilíbrio generalizado a recuperação de cada sociedade e de cada economia pressupõe a recuperação de todas as sociedades e de todas as economias ou, pelo menos, das sociedades e das economias da área em que cada uma se integra e das outras sociedades e economias com as quais tem relações consolidadas.

A peste da Covid-19 não veio revelar apenas qual era o papel efetivo dos três equilíbrios instáveis que eram apresentados como sendo a normalidade no período de transição histórica da época dos espaços nacionais para a época dos espaços globais, também mostra que não é possível transferir para as sociedades e para as economias, depois de estabelecidas as interdependências da globalização, os métodos e as práticas das sociedades e das economias tradicionais, delimitadas por fronteiras e com barreiras protecionistas, em contextos de moedas próprias e de saldos de balanças de pagamentos, que desencadeavam crises cambiais para que fossem feitos os ajustamentos necessários e corrigidos os excessos de endividamento.

Nas condições atuais, nenhum desses tradicionais dispositivos de correção é utilizável, o que torna mais complexa a resposta a uma situação em que desaparece a normalidade possível que era assegurada pela articulação dos três equilíbrios instáveis.

O poder hegemónico exercido pelos Estados Unidos entra em dinâmica de crise com a polarização racial da sociedade americana, alimentada pela evolução demográfica dos grupos sociais estruturados pela raça e pela

religião, e a rede de alianças que consubstanciava essa organização da ordem mundial é fragmentada quando os Estados Unidos optam por uma estratégia de isolamento para responder à ameaça da competição em espaços globalizados.

A união de Estados que constituía a União Europeia fica instabilizada com a decisão de saída da Grã-Bretanha e com a expressão de correntes políticas nacionalistas, cuja opção pelo isolamento é apoiada pela nova estratégia isolacionista dos Estados Unidos, mas com a consequência de deixar cada um dos Estados europeus sem uma dotação de recursos próprios (financeiros e militares) que seja suficiente para a concretização dessas políticas nacionalistas.

Para um país como Portugal, esta tendência para o retorno a uma perspetiva nacionalista, centrada no interior, torna evidente que não terá recursos próprios suficientes para evitar a regressão do seu nível de rendimentos e que não poderá sustentar uma estratégia de crescimento económico se ficar limitado ao seu exíguo mercado interno, que as tendências demográficas tornarão ainda mais pequeno no futuro próximo.

Uma vez iniciado o período de desequilíbrio generalizado que resulta da impossibilidade de recuperar os anteriores três equilíbrios instáveis, e não se sabendo nem quando será absorvido o fator de perturbação que é a peste, nem a extensão dos danos que esse fator de perturbação provocou nas sociedades e nas economias, a conjuntura do terceiro trimestre de 2020 tem uma indicação clara: não se pode reconstruir o passado e não se pode evitar a procura de novos quadros e dispositivos institucionais para se poder construir o futuro reconhecendo a mudança que já ocorreu na realidade efetiva das coisas.

Está-se na vizinhança de uma mudança de regime na política, na economia e na sociedade, o que não resulta de uma evolução no campo das ideias ou dos programas que tenha aberto novas perspetivas, mas sim da necessidade de ajustar as ideias e os programas ao que está a ser a mudança das circunstâncias, mais pela força dos factos do que pelas vontades dos protagonistas.

ESTADOS UNIDOS: O VAZIO ESTRATÉGICO NUM SISTEMA POLÍTICO E SOCIAL POLARIZADO

Um poder hegemónico que tem de assumir a responsabilidade de defender e regular um padrão de ordem mundial (sem o que seria apenas um poder dominante imperial, mas então o seu espaço de influência seria muito

Uma vez iniciado o período de desequilíbrio generalizado, a conjuntura do terceiro trimestre de 2020 tem uma indicação clara: não se pode reconstruir o passado e não se pode evitar a procura de novos quadros e dispositivos institucionais para se poder construir o futuro reconhecendo a mudança que já ocorreu na realidade efetiva das coisas.



reduzido e o custo de administração desse poder seria muito elevado) não pode desvalorizar ou romper a sua rede de alianças (que é o que lhe permite alargar o seu espaço de influência com baixos custos) nem pode permitir que os seus sistemas político e social fiquem polarizados de um modo tão acentuado que não lhe seja possível apresentar uma unidade de propósitos e uma convergência de vontades que ofereçam um suporte estável ao seu discurso político e às suas decisões de política internacional.

As duas condições foram violadas pela administração de Donald Trump. Ao definir como objetivo orientador da sua política externa, nas questões económicas e nas questões estratégicas, o critério de “America First”, destruiu a condição do multilateralismo que permitia aos Estados Unidos controlar uma grande área de influência sem ter de assumir custos elevados na administração desse seu domínio.

Ao promover, de modo sistemático, de modo direto ou indireto, os valores dos grupos defensores da supremacia branca, Donald Trump acentua a polarização r tica numa sociedade onde as tendências demográficas são desfavoráveis para a  tnia branca – e tão desfavoráveis que escolher essa clivagem de polarização deixa a sociedade confrontada com um problema que não tem resolução pela via da conflitualidade, antes exige uma política de integração multicultural.

Qualquer que seja o resultado das eleições presidenciais de 3 de Novembro, os danos provocados na unidade da sociedade americana são irreparáveis, na medida em que reabilitaram as razões que conduziram à guerra civil de 1861 a 1865, como se tudo o que se passou depois não tivesse evidenciado os efeitos perversos desse tipo de polarização racial.

Na atual conjuntura, este confronto de posições irredutíveis coloca no primeiro plano um ponto de vulnerabilidade do sistema político da democracia americana, o papel do Colégio Eleitoral na eleição presidencial. Sendo os Estados Unidos uma república federal, a organização das eleições   responsabilidade dos estados federais e   em cada estado federal que são eleitos os representantes para o Colégio Eleitoral, sendo estes os verdadeiros grandes eleitores do Presidente. Como a eleição para o colégio eleitoral   decidida pelo método maioritário, é o candidato com mais votos que determina quem são os representante desse estado federal para o Colégio Eleitoral, o que permite que o voto popular nacional seja distorcido na composição do Colégio Eleitoral – ficam sem representação todos os que, em cada estado federal, não votaram no candidato que    ficou em primeiro lugar. Em condições de estabilidade política e social, este desvio   legitimação

Ao definir como objetivo orientador da sua política externa, nas questões econ micas e nas questões estratégicas, o critério de “America First”, destruiu a condição do multilateralismo que permitia aos Estados Unidos controlar uma grande área de influência sem ter de assumir custos elevados na administração desse seu domínio.



eleitoral direta pelo voto popular fica subordinado ao valor da autonomia dos estados federais.

Em condições de polarização política e social, este é um fator adicional de crise da unidade nacional, o que tem implicações também na imagem de autoridade legitimada dos responsáveis políticos americanos nas suas decisões e intervenções no âmbito das relações internacionais.

Está aberta, na política americana, a questão inédita da transição de poderes depois de uma eleição presidencial. Com os efeitos da peste a interferir nas rotinas do voto presencial em urna, com o recurso ao voto por correspondência a ser objeto de suspeitas de fraude e com a possibilidade de haver um desfazamento temporal entre a noite das eleições, quando se conhecem os primeiros resultados, e o momento em que termina a contagem de todos os votos, há uma possibilidade efetiva de contestação dos sucessivos resultados eleitorais que vão sendo conhecidos à medida que se faz a sua contagem.

Num ambiente de polarização interna e num padrão de ordem mundial em desagregação, está em formação nos Estados Unidos um vazio estratégico que não permite esperar que ele seja defendido com eficácia ou que possa ser reconstituído se for objeto de pressões agressivas.



Num ambiente de polarização interna e num padrão de ordem mundial em desagregação, este vazio estratégico que está em formação nos Estados Unidos, que era o poder hegemónico desse sistema de ordem global, não permite esperar que ele seja defendido com eficácia ou que possa ser reconstituído se for objeto de pressões agressivas – sendo certo que é da natureza das estratégias políticas o preenchimento dos vazios sempre que eles se tornam tão evidentes como já é o vazio estratégico gerado na política dos Estados Unidos, sobretudo quando esta evidência surge depois de os Estados Unidos terem inaugurado uma estratégia de confronto com a China que não obteve resultados decisivos que justifiquem essa reformulação de políticas.

Uma ilustração do que este vazio estratégico provoca pode encontrar-se na iniciativa diplomática que levou à assinatura de acordos entre Israel e os Emiratos Árabes Unidos e entre Israel e o Bahrain, com cerimónia na Casa Branca em Washington.

Este é um desenvolvimento significativo numa área de grande conflitualidade, mas que altera a configuração do equilíbrio instável aí existente e fecha a possibilidade para um programa de dois Estados no confronto de Israel com a Palestina.

O que parece ser uma iniciativa diplomática para apoio da candidatura de Trump à reeleição vem revelar, afinal, que a sua condição de sucesso está estritamente dependente da persistência do apoio americano – uma garantia

pouco consistente num contexto de contração do peso geopolítico dos Estados Unidos.

EUROPA: O EFEITO DA CRISE DO BREXIT

Desde a sua institucionalização, a União Europeia não foi independente das particularidades históricas da Europa e da relação estreita das potências europeias com os Estados Unidos, designadamente em relação a dois objetivos centrais: evitar a guerra na Europa e impedir que a União Soviética pudesse integrar a Europa no seu espaço de influência.

Na sua atual estratégia de hostilidade em relação à União Europeia, os Estados Unidos foram um apoio do Brexit, do mesmo modo que foram promotores de propostas de nacionalismo soberanista em diversos sistemas políticos europeus, evidenciando um interesse numa evolução da Europa no sentido do reforço das soberanias nacionais. Porém, a realidade veio mostrar que é mais fácil falar do nacionalismo soberanista em termos emocionais do que em termos da formulação concreta de acordos e de tratados internacionais.

A evolução das circunstâncias alterou a definição dos objetivos centrais e a questão da guerra na Europa foi substituída pela necessidade de criar instituições supranacionais que tenham escala e recursos suficientes para controlar, corrigir e absorver os desequilíbrios e as crises que se formam nos Estados-membros, do mesmo modo que a ameaça de subordinação à União Soviética perdeu relevância estratégica depois desta se ter dissolvido como entidade supranacional.

Em contrapartida, passaram para o primeiro plano questões que não se colocavam na fase da fundação da União Europeia: a hostilidade dos Estados Unidos para o que foram duas iniciativas da sua política externa (a União Europeia e a NATO como organização militar do Tratado do Atlântico Norte) e a relevância ganha pela China, que obriga os poderes europeus a estabelecerem uma posição comum quanto ao modo de estabelecer relações equilibradas e sustentadas com este poder emergente.



Na transição entre estes dois tipos muito diferentes de circunstâncias, as que existiam na fase da fundação da União Europeia e as que existem agora, o processo do Brexit, o abandono da Grã-Bretanha do projeto comum europeu, funcionou como um teste de viabilidade comparada entre a possibilidade do isolamento nacionalista e a possibilidade de um reforço da integração europeia.

Na sua atual estratégia de hostilidade em relação à União Europeia, acentuada durante a administração Donald Trump, os Estados Unidos foram um apoio, com promessas de futuros acordos de comércio, do Brexit, do mesmo modo que foram promotores de propostas de nacionalismo soberanista em diversos sistemas políticos europeus, o que evidenciava o seu interesse numa evolução da Europa no sentido do reforço das soberanias nacionais.

Porém, a realidade efetiva das coisas veio mostrar que é mais fácil falar do nacionalismo soberanista em termos emocionais do que em termos da formulação concreta de acordos e de tratados internacionais.

Quando se procurou concretizar o acordo inicial do Brexit, estabelecido na base de intenções, verificou-se que nem essas intenções eram compatíveis com as regras do mercado interno europeu (porque as autoridades britânicas querem ter o poder de apoiar discricionariamente sectores e empresas sem perderem o livre acesso ao mercado europeu, o que distorce as regras europeias da concorrência), nem o modo de regulamentar a livre circulação de bens e serviços era aceitável por membros do Reino Unido, como a Irlanda do Norte.

O que era visto como possível no plano das emoções não encontrava concretização no plano da negociação dos tratados.

O principal efeito da crise do Brexit é o de constituir um teste de realidade para a evolução da União Europeia, que acontece ao mesmo tempo que se realiza o teste de resposta às consequências da peste. Os dois testes estão a reforçar a necessidade da escala que só as instituições da União Europeia podem oferecer.

No caso do Brexit, os britânicos estão a ter de reconhecer que, mais do que ter vias de acesso ao mercado europeu, precisam de ter a proteção das instituições europeias nas crises sanitárias e nas crises financeiras— e que a proteção dos Estados Unidos não lhes está assegurada e não teria condições de estabilidade.

No caso da peste, as suas consequências económicas em cada um dos Estados-membros, mas também na Grã-Bretanha, não encontram resposta ao nível das soberanias nacionais e na escala dos mercados nacionais, precisam da escala europeia no plano financeiro e das relações comerciais, mas também no plano das estratégias de redes empresariais e de cadeias de produção que reforcem o mercado único.

É esta necessidade das políticas e recursos comuns da União Europeia que aparece referenciada no discurso de Ursula von der Leyen no seu discurso do estado da União em 16 de setembro, quando afirma *“as pessoas querem escapar deste mundo do corona, querem sair desta fragilidade, desta incerteza. Estão prontas para a mudança, estão prontas para avançar. Este é o momento para a Europa mostrar o caminho que permite sair desta fragilidade em direção a uma nova vitalidade.”*

O principal efeito da crise do Brexit é o de constituir um teste de realidade para a evolução da União Europeia, que acontece ao mesmo tempo que se realiza o teste de resposta às consequências da peste. Os dois testes estão a reforçar a necessidade da escala que só as instituições da União Europeia podem oferecer.



É a força das coisas – neste caso, as consequências da peste – que mostra o que a União Europeia tem para fazer, para que a oferta de recursos comuns corresponda a formulação e a interiorização das políticas comuns.

Neste terceiro trimestre de 2020

foi conhecido o plano de recuperação que tem de ser apresentado como condição de utilização das transferências de fundos da União Europeia para aplicação na economia portuguesa. É um plano ainda formulado na perspetiva da continuidade, não na de uma oportunidade para renunciar à repetição dos erros do passado.



PORTUGAL: O DÉFICE DE RECURSOS PRÓPRIOS

O equilíbrio instável em que há muito tem evoluído Portugal tem como principal fator explicativo a dificuldade em articular o interior com o exterior, ou como compensar a exiguidade dos recursos internos através da obtenção, por domínio, por transferências ou por endividamento, de recursos externos.

Esta é uma constante histórica, mas que encontra uma ilustração conjuntural na trajetória de Mário Centeno, ministro das Finanças desde 2015, presidente do Eurogrupo de Janeiro de 2018 a Julho de 2020, responsável pelo melhor saldo orçamental do período democrático e que é agora Governador do Banco de Portugal e, por inerência, membro do Conselho de Governadores do Banco Central Europeu, quando terá de enfrentar as consequências da crise económica da peste, que geram o maior défice orçamental e a destruição de valor dos balanços das empresas portuguesas.

A constante histórica da dificuldade e da necessidade de articular o interior com o exterior vai passar a ser o mais relevante critério da decisão estratégica, tanto na política como na economia e é nesse sentido que a trajetória de Mário Centeno pode ser apresentada como a expressão simbólica das prioridades portuguesas.

No primeiro semestre de 2021, Portugal assume a presidência rotativa da União Europeia, sucedendo à presidência da Alemanha, num período que será crítico para a configuração do futuro.

Os equilíbrios instáveis do passado já não podem ser reconstituídos e a indeterminação quanto à duração da crise da peste permanece, sendo certo que as suas consequências, nos défices orçamentais e nos balanços das empresas, continuarão a condicionar todas as escolhas estratégicas e todas as decisões.

Mais do que um ponto de bifurcação, em que tem de se escolher entre caminhos alternativos, este é um ponto de descontinuidade, em que tem de se projetar uma nova configuração, que nem pode ser uma atualização do que já se fez no passado, nem pode ignorar os erros cometidos no passado e que foram responsáveis pelo equilíbrio instável que a crise da peste fez desmoronar.

Neste terceiro trimestre de 2020 foi conhecido o plano de recuperação que tem de ser apresentado como condição de utilização das transferências de fundos da União Europeia para aplicação na economia portuguesa.

O plano agora divulgado está ainda formulado na perspetiva da continuidade, apresentando-se como uma série de pontos de bifurcação, mas não é um plano formulado na perspetiva da descontinuidade, como uma oportunidade para renunciar à repetição dos erros do passado.

Para uma economia que tem défice de recursos próprios, qualquer plano é bom desde que autorize a obtenção de transferências. Mas a oportunidade que a crise da peste criou é muito mais vasta e importante do que a obtenção de transferências: sendo uma crise que atinge toda a União Europeia, é na escala da União Europeia que os planos de recuperação devem ser concebidos.

Há pontos de bifurcação a considerar, mas sobre o que será o tipo e a rapidez de evolução dos sistemas institucionais da União Europeia e dos seus programas de políticas comuns. Mas no que se refere às opções para Portugal, os pontos que importa considerar são os pontos de descontinuidade.

*Para uma economia que tem défice de recursos próprios,
qualquer plano é bom desde que autorize a obtenção de
transferências. Mas a oportunidade que a crise da peste criou
é muito mais vasta e importante do que a obtenção de
transferências*



PERSPETIVA INTERNACIONAL

Nos finais do verão, as perspetivas da evolução económica internacional continuavam a encontrar-se dominadas e condicionadas pelas incertezas da evolução da COVID-19. Contudo, julga-se pertinente relevar que as eleições norte-americanas de 3 de novembro contêm um potencial de incertezas e riscos, porventura mesmo de uma gravidade difícil de avaliar, tal a multiplicidade de repercussões de toda a ordem, domésticas e internacionais, caso ocorra um cenário do tipo de “guerra civil híbrida” de alguma intensidade na sociedade norte-americana. No quadro deste cenário o mundo poderia entrar num período, no mínimo, perigoso.

Em termos da pandemia, as incertezas ainda permaneciam – esta continuava a avançar e o número de mortes, em termos globais, aproximava-se do milhão. A adaptação dos comportamentos sociais e o facto de muitos sistemas de saúde pública terem-se preparado e aprendido a gerir surtos apontavam para que o recurso a “lockdown” não voltasse a ser generalizado/globalizado e quando aplicado o fosse circunscrito a áreas específicas e por períodos inferiores ao do “lockdown” global. Por outro lado, parecia que vacinas fiáveis surgiriam no final de 2020/princípios de 2021 possibilitando que ao longo de 2021 parte da população mundial – a mais desenvolvida – fosse sendo vacinada e em 2022 fosse possível massificar a vacinação. Por outros, termos, havia no horizonte a possibilidade de controlo da pandemia e a minimização dos respetivos riscos económicos. Assim, do ponto de vista sanitário, configuram-se condições para a consolidação duma recuperação gradual da economia internacional já em curso. Contudo, não se pode excluir a hipótese de neste processo de recuperação virem a surgir períodos mais lentos ou mesmo de recuos, caso os surtos ou a segunda ou mais vagas da pandemia se revelem difíceis de controlar e penalizem a atividade económica (quer do lado da oferta – por obstáculos/paralisias à produção – quer do lado da procura ao minarem a confiança dos consumidores e dos investidores).

Os indicadores económicos vêm apontando para uma recuperação diferenciada e hesitante, conforme as diferentes situações sanitárias. Por exemplo, a China registou já uma evolução positiva de 3,2% no segundo trimestre depois de ter contraído (-) 6,8% no primeiro trimestre de 2020. Assim, é provável que venha a registar uma taxa de crescimento positiva no conjunto do ano tal como o “update” de Junho do FMI avançava (1,0%). Já as

As perspetivas da evolução económica internacional continuam dominadas e condicionadas pelas incertezas da evolução da COVID-19, agravadas agora pelo potencial de incertezas e riscos que as eleições norte-americanas de 3 de novembro contêm.



Os indicadores económicos vêm apontando para uma recuperação diferenciada e hesitante conforme as diferentes situações sanitárias, mas alguns indicadores apontam para uma recuperação talvez mais rápida do que anteriormente antecipado. Há que contar, no entanto, com o cenário “severo”, que corresponde na prática a maiores dificuldades na gestão da pandemia, quando uma segunda vaga parece estar a surgir, com os consequentes reflexos económico-sociais.



economias “ocidentais” deverão ainda registar uma forte contração em 2020 e só deverão recuperar parcialmente em 2021, tal como o referido “*update*” avançava. No entanto, alguns indicadores apontam para uma recuperação talvez mais rápida do que anteriormente antecipado. Por exemplo, nos EUA a taxa de desemprego já se situava em agosto nos 8.4%, representando o quarto decréscimo mensal da referida taxa do pico de 14,7% atingida quando do “*lockdown*”. Por outro lado, o BCE aparenta estar mais otimista/menos pessimista quanto à evolução da zona euro em 2020 ao ter revisto, em meados de setembro, em baixa, a taxa de contração (cenário base) da zona de 8,7% para 8,0% (e mantendo, grosso modo, as taxas de recuperação para os anos seguintes, de 5% em 2021 e de 3,3% em 2022). No entanto, não deixou de apresentar dois cenários de evolução nos quais o cenário “severo” apresentava uma taxa de contração de (-)10, 0% (ainda assim, melhor do a correspondente de (-)12,6% das previsões de junho). O cenário “severo” corresponde na prática a maiores dificuldades na gestão da pandemia com os consequentes reflexos económico-sociais. Em meados de setembro verifica-se um recrudescimento do número de contágios nalgumas cidades europeias (correspondentes, porventura, à chamada segunda vaga ou fruto da maior circulação dos cidadãos nas férias de verão) que, caso se agravem e se mantenham (estava-se no início do ano escolar que se pretendia presencial), não deixariam de afetar o ritmo da recuperação económica.

Atente-se que a recuperação já decorria num quadro de relações económicas internacionais fortemente alterado. A pandemia tinha provocado uma grande recessão com impacte na globalização – estava-se a evoluir para uma estrutura menos globalizada e mais fragmentada, com realocização doméstica/regional ou próxima de produções/atividades enfatizando a preferência por produtos “nacionais”, visando não só o assegurar de postos de trabalho, mas também reduzir a dependência do exterior de produtos estratégicos. Por outro lado, o turismo e as atividades com ele relacionadas sofreram fortemente com a pandemia. Embora o verão tivesse propiciado alguma recuperação do turismo, ela terá sido claramente insuficiente e o outono e inverno ditarão o encerramento de muitas infraestruturas com os seus reflexos económico-sociais negativos em especial nas regiões mais dele dependentes. Ainda, o processo de tensões comerciais detonado pela Administração Trump, em particular com a imposição de tarifas aduaneiras em particular com a China e a vontade de realizar um “*decoupling*” EUA-China (em especial em termos tecnológicos tentando travar o desenvolvimento – ou mesmo avanço – chinês nestes domínios) também se pode inscrever nesta fragmentação do contexto económico-comercial globalizado que existia até há poucos meses.

Contudo, sobre estas perspetivas condicionadas à evolução da pandemia, importa relevar que as eleições norte-americanas de 3 de novembro contêm um potencial de incertezas e riscos, porventura mesmo de uma gravidade difícil de avaliar, tal a multiplicidade de repercussões de toda a ordem, domésticas e internacionais, caso ocorra um cenário de “guerra civil híbrida” de alguma intensidade na sociedade norte-americana. No quadro deste cenário o mundo poderia entrar num período, no mínimo, perigoso.

Tendo em conta as sondagens em meados de setembro – que não apontam claramente para um candidato vencedor – e as declarações públicas dos candidatos, bem como o ambiente de polarização da sociedade norte-americana, a noite de 3 para 4 de Novembro e dias seguintes irão ser críticos. Num cenário de “pesadelo”, pode emergir um quadro do tipo de “guerra civil híbrida” de alguma intensidade, e não deixarão de ter reflexos – económicos – globais.



Tendo em conta as sondagens em meados de setembro – que não apontam claramente para um candidato vencedor – e as declarações públicas dos candidatos, bem como o ambiente de radicalização /polarização da sociedade norte-americana com períodos e situações de manifestações ordeiras e outras “desordeiras” (com violência, quer das massas, quer policial ou paramilitar) a noite de 3 para 4 de Novembro e dias seguintes irão ser críticos. Devido a uma larga percentagem de votos postais – que demorarão dias/semanas a serem contados e suscetíveis de recontagem e recurso a tribunal) os resultados conhecidos nessa noite não deverão ser conclusivos. Trump deverá assumir-se de imediato como o candidato vencedor, ou por os primeiros resultados o apontarem como tal ou, caso contrário, por contestar os votos postais (ainda não certificados) (re)afirmando que a eleição lhe está a ser “roubada”. Trump assume-se – e é-o – o último reduto dum eleitorado branco, conservador (e respetiva cultura), defensor da “lei e ordem”, da “supremacia branca” face a uma evolução demográfica que se vai tornando maioritária de “não brancos” (pessoas de “cor” e latinos” – a candidata a vice-presidente democrata Kamala Harris, filha de uma indiana e de um jamaicano, é considerada “black”). Poderão/deverão ocorrer manifestações e contramanifestações de ambos os lados disputando os resultados, mas diferentemente do que vem correndo na Bielorrússia a população está armada e há milícias populares... Num cenário de “pesadelo”, pode emergir um quadro do tipo de “guerra civil híbrida” de alguma intensidade. O candidato Joe Biden, caso seja oficialmente declarado vencedor, “espera” que as forças armadas ou os serviços secretos removam Trump da Casa Branca em 20 de janeiro, dia da tomada de posse do novo presidente. Mas, nesse período conturbado, como procederão as forças armadas, as forças paramilitares, as agências de *intelligence* (legalmente subordinadas ao presidente em exercício), ou os tribunais (com juizes nomeados pela Administração Trump)?

Mas o que é que este cenário de “pesadelo” tem a ver com perspetivas económicas? Caso a reação dos mercados reflita a “fluidez” político-social os seus reflexos serão não só domésticos, mas também globais. Por outro lado, o dólar vem-se depreciando e, entre outros, o euro apreciando-se fortemente

(aproximava-se dos US\$ 1.20 em meados de setembro). Nesse cenário é possível/provável que o dólar desvalorize ainda mais (indiciando perder o estatuto de moeda refúgio – sem que outra exista no curto prazo). Uma maior apreciação do euro penalizará as exportações europeias que serão também penalizadas com as incertezas desse cenário (tal como todo o comércio internacional).

Ainda, as perspetivas económicas sofrerão com os potenciais reflexos geopolíticos desse cenário. Entre outros, o Presidente turco Erdogan vem praticando uma política de expansão da sua influência no Mediterrâneo (por pouco não se despoletou um conflito armado no Mediterrâneo Oriental, sobre disputas territoriais na exploração de gás, no final de agosto, envolvendo, pelo menos, forças gregas, cipriotas e turcas – se bem que há forças navais europeias e norte-americanas tentando “prevenir” tal conflito – e, relevante, criando divisões internas no seio da NATO). A China acabou por subverter o estatuto de autonomia de Hong Kong, pressiona Taiwan e patrulha o Mar do Sul da China “vigiado” por forças navais norte-americanas. O opositor ao presidente Putin, Alexei Navalny é envenenado, a Suécia alerta sobre as ameaças militares no mar Báltico, a Bielorrússia está em colapso político, não sendo de afastar a hipótese de uma intervenção russa para “regular” tal colapso desencadeando sanções alemãs/europeias que porão em causa o gasoduto “Nord Stream 2” que deverá fornecer gás russo à Alemanha (o que, caso tal ocorra, reordenará (parte) do quadro energético europeu).

Estes processos (geo)políticos, entre outros, poderão, “na janela de oportunidade” duma “desordem” político-social norte-americana, evoluir conflitualmente levando o mundo a entrar num período, no mínimo, perigoso. Atente-se ainda que o próprio UK parece querer contribuir para a ameaça à ordem jurídica internacional (violando-a ao querer “desrespeitar” o acordo de saída com a UE no respeitante à Irlanda do Norte, provocando um Brexit caótico e perdendo “legitimidade” para criticar/julgar casos de “desrespeito” das leis internacionais perpetradas pela China [veja-se Hong Kong] ou a Rússia). As perspetivas económicas internacionais e europeia, que se esperavam em estágio de recuperação da pandemia, poderão regredir com alguns destes potenciais casos de evolução geopolítica.

Caso Trump seja reeleito (parte?) do “pesadelo” mantém-se. As tensões comerciais internacionais deverão agudizar-se, em particular com a China – as tentativas de travar os desenvolvimentos tecnológicos, em particular no domínio das comunicações 5G e dos semicondutores/chips, só conseguirão desacelerar esses mesmos desenvolvimentos. Em relação à UE o relacionamento transatlântico deverá ser posto em causa com o “fim” da

Os processos (geo)políticos em curso, com desenvolvimentos claros neste verão, poderão, “na janela de oportunidade” duma “desordem” político-social norte-americana, evoluir conflitualmente levando o mundo a entrar num período, no mínimo, perigoso. Nesse cenário, as perspetivas económicas internacionais e europeia, que se esperavam em estágio de recuperação da pandemia, poderão regredir.



NATO. Trump “desobrigar-se-á” “de facto” do artº 5 (cláusula de mútua defesa) mesmo que o Congresso sustente a organização. Não será de excluir mesmo a hipótese de, no contexto de destruição/desrespeito das instituições internacionais, a própria ONU vir a ser posta em causa (arrastando, consigo, entre muitas outras implicações de maior magnitude, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que permitiria viabilizar/legalizar o projeto português de Extensão da Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas...).

A economia portuguesa parece acompanhar a recuperação europeia. Contudo, as evoluções do número de contágios e do ano escolar serão determinantes para o ritmo de recuperação no quarto trimestre.

Em termos de turismo e atividades relacionadas a evolução deverá continuar a não ser positiva – o verão terá constituído algum alívio para alguns agentes, mas claramente insuficiente para a sobrevivência de muitos.



PERSPECTIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para Portugal depende, nomeadamente, da evolução da pandemia, do ritmo de recuperação económica internacional e europeia e da evolução político-económica internacional, em particular, do processo eleitoral norte-americano.

Do ponto de vista sanitário, em meados de setembro, todo o país entrou em estado de contingência, por causa da abertura do ano escolar que se pretendeu presencial. Caso seja possível manter abertas escolas e gerir os casos de infeção que forem surgindo tal seria positivo, quer do ponto de vista sanitário, quer do ponto de vista económico. Um aspeto relevante será a reação social, muito influenciada/formatada pelos media (incluindo redes sociais) que tenderão a amplificar os casos de contágio bem como o que vier a suceder nos países vizinhos como a Espanha, que se encontra em meados de setembro numa situação muito difícil.

Do ponto de vista económico, a economia portuguesa parece acompanhar a recuperação europeia. Ainda sem um conjunto de indicadores que permitam uma avaliação mais precisa, mas a acreditar no Ministro das Finanças (que dispõe de mais informação, embora tenha de fomentar a confiança) a economia estaria a recuperar de forma rápida e melhor do que o esperado, quer em Portugal, quer na Europa. A afirmação do ministro é consistente com o BCE que aparenta estar mais otimista/menos pessimista quanto à evolução da zona euro em 2020 ao ter revisto, em meados de setembro, em baixa a taxa de contração da zona de 8,7% para 8,0%, como antes referido. Contudo, as evoluções do número de contágios e do ano escolar serão determinantes para o ritmo de recuperação no quarto trimestre. Em termos de turismo e atividades relacionadas a evolução deverá continuar a não ser positiva – o verão terá constituído algum alívio para alguns agentes, mas claramente insuficiente para a sobrevivência de muitos.

No início do ano deverão começar a sentir-se visivelmente os efeitos negativos do fortemente provável Brexit desordenado (consequência do fracasso provável das negociações em curso reflexo do “desrespeito” do UK do acordo de saída antes referido).

Portugal espera receber fundos comunitários significativos já nos começos de 2021. Caso tal suceda, significará um forte estímulo à recuperação económica. O mesmo deverá acontecer com os outros Estados membros, o que significa que os estímulos se conjugam, reforçando-se os seus efeitos. A Comissão pretende que o Fundo de Recuperação esteja disponível a 1 de janeiro de 2021. Contudo os 750 mil milhões do Fundo de Recuperação têm ainda de ultrapassar alguns obstáculos para a sua viabilização. Terá de haver uma “dupla unanimidade” do Conselho e dos Parlamentos nacionais no processo de decisão e caso haja um voto de não ratificação o processo “emperra” (teme-se que a Hungria chantageie a UE a propósito do mecanismo “Rule of Law” – relativo ao respeito dos direitos humanos – de modo a que este não condicione a receção de fundos).

Naturalmente as consequências geopolíticas e económicas do processo eleitoral norte-americano far-se-ão sentir na economia e sociedade portuguesa. Um cenário de “pesadelo” como o anteriormente descrito contém um potencial de incertezas e riscos de uma gravidade difícil de avaliar. Um cenário de reeleição de Trump deverá confirmar o deslocamento do centro de decisão geopolítica europeia para Berlim/Bruxelas e uma degradação, porventura, muito significativa da relação transatlântica, a todos os níveis. O Brexit só agrava esse deslocamento. Um cenário de eleição do candidato democrata Joe Biden deverá salvar a referida relação, mas esta não deverá ser tão intensa conforme o foi no passado – há toda uma evolução demográfica nos EUA que os vem tornando menos “europeus”, bem como o principal competidor geoestratégico norte-americano está na Ásia, é a China. A Portugal compete aproveitar as margens de manobra possíveis nesta transição geopolítica (e no contexto pós-pandemia) para tentar majorar política e economicamente as oportunidades que surjam ou que possa criar.

Portugal espera receber fundos comunitários significativos já nos começos de 2021. Caso tal suceda significará um forte estímulo à recuperação económica, mas há um caminho ainda a percorrer para a sua viabilização, e o quadro geopolítico global aconselha muito cuidado na liderança política. Será necessário arte e engenho para aproveitar as margens de manobra possíveis na transição geopolítica em curso (e no contexto pós-pandemia) para tentar majorar política e economicamente as oportunidades que surjam ou que possam ser criadas.



Demografia. Da transição silenciosa à urgência estratégica

A eclosão da pandemia COVID-19 mudou a perceção que temos e a prioridade que damos a tendências longas que se vinham afirmando. Assim, parecem agora finalmente emergir com nova dimensão e merecedora de nova atenção, as oportunidades de uma sociedade com maior longevidade.



Fenómeno imprevisto, de dimensão global e duração e impacto ainda por verificar, a eclosão da pandemia COVID-19 mudou a perceção que temos e a prioridade que damos a tendências longas que se vinham afirmando, mas às quais ainda não tinha sido atribuída a relevância devida. De facto, a pandemia em curso veio precipitar os acontecimentos e trazer ao quotidiano do planeamento estratégico e da ação das empresas e dos governos estes temas. Do impacto das alterações climáticas aos desafios locais do modelo de globalização competitiva em aceleração nas últimas duas décadas; da digitalização da economia e do trabalho aos desafios demográficos e sociais criados pelo desequilíbrio demográfico a nível global e – regionalmente, na Europa – os desafios que uma sociedade envelhecida coloca. Ou, numa leitura positiva, que parecem agora finalmente emergir com nova dimensão e merecedora de nova atenção, as oportunidades de uma sociedade com maior longevidade.

A EVIDÊNCIA DA MUDANÇA DEMOGRÁFICA

São várias as mudanças demográficas e sociais que a Europa vive. A mais evidente é que os europeus vivem mais tempo do que nunca e tornam-se uma população mais velha a cada ano que passa. Mas outras tendências são igualmente relevantes e impactantes nas nossas sociedades: aumentam aqueles que optam por viver, trabalhar ou estudar noutro país da UE; e os que vivem em famílias menores e têm menos filhos do que antes. Estas mudanças, apesar de variarem em toda a Europa, muitas vezes de forma significativa entre diferentes regiões do mesmo país, existem e estão em afirmação de forma transversal na Europa.

Esta é uma transição silenciosa, que tem vindo a ser verificada em aprofundamento já há décadas, mas que tem permanecido no âmbito do domínio científico-académico, com afloramentos nas preocupações com a sustentabilidade dos sistemas sociais europeus, sem grande atenção do grande público e das instituições que invariavelmente são tomadas por preocupações de curto prazo que exigem maior atenção imediata. Invariavelmente também, sabemos que as tendências de longo prazo se vão consolidando e afirmando por debaixo da ‘espuma dos dias’, até ao dia em que emergem como facto,

erupção (im)prevista com impactos visíveis que arrebatam, então sim, as atenções dos decisores.

Assim tem sido também no que respeita à mudança demográfica e social, em desenvolvimento na Europa já há décadas, mas só recentemente alvo de maior atenção. Os dados são agora esclarecedores. Partindo de 2004, apenas para efeitos de dados comparáveis (UE27): de 2004 para 2018, a expectativa de vida ao nascer aumentou, para homens, de 75,0 para 78,2 anos (75,0 para 78,3 em Portugal); e, para mulheres, de 81,5 para 83,7 (81,8 para 84,5 em Portugal), e é expectável que esse crescimento continue, devendo atingir os 86 anos para os homens e os 90 para as mulheres nascidas em 2070 a nível europeu.

No que respeita à mudança demográfica e social, em desenvolvimento na Europa já há décadas, mas só recentemente alvo de maior atenção, os dados são agora esclarecedores, e os impactos perceptíveis.



Ao mesmo tempo, no conjunto da UE – tendências que Portugal acompanha – a composição dos agregados familiares tem vindo a sofrer alterações estruturais - aos agregados familiares compostos por dois pais com filhos juntam-se agora de forma expressiva agregados compostos por pessoas que vivem sozinhas, pais solteiros ou casais sem filhos, e a taxa de natalidade continua a baixar, situando-se já muito abaixo do limiar necessário para assegurar a sustentação demográfica, com reflexo na diminuição da parcela da população da Europa no mundo – em 2070, representará pouco menos de 4% da população mundial. Essa população será marcada por cerca de 30% de indivíduos com 65 anos ou mais (em comparação com 20,3% em 2019) e cerca de 13% deverá ter 80 anos ou mais (em comparação com 5,8% em 2019).

OS IMPACTOS DA MUDANÇA DEMOGRÁFICA

Neste contexto, o Relatório Demográfico recentemente apresentado pelo Secretariado Geral da Comissão Europeia enumera os principais motores das alterações demográficas e o impacto que estão a ter em toda a Europa, identificando 5 grandes impactos da mudança demográfica (ver tabela 1).

Desta forma, o Relatório sobre o Impacto da Mudança Demográfica na Europa foca 4 grandes áreas de impacto: as pessoas na sua relação com o mercado de trabalho e suas regras atuais de funcionamento; as exigências para os sistemas de saúde e os cuidados de longo prazo; os impactos nas dívidas públicas e a dimensão territorial das disparidades demográficas.

A formulação de políticas deve, neste contexto, aproximar-se da realidade local, pelo que se espera que os governos e as instituições regionais e locais definam estratégias próprias e contribuam assim para a criação de soluções que possam ser replicadas de forma ajustada em outras geografias.

Tabela 1. Impactos da mudança climática na Europa

Motor das alterações demográficas	Impacto na Europa
Diminuição da população em idade ativa na Europa	Exigência de identificação de novas maneiras de sustentar o crescimento económico, trazendo mais pessoas para o mercado de trabalho e aumentando a produtividade.
Envelhecimento da sociedade europeia	Imposição de um ajustamento estrutural dos sistemas de saúde e cuidados, exigindo modelos inovadores de financiamento de despesas públicas que permita responder ao crescimento das despesas relacionadas com a idade.
Variabilidade significativa dos desafios demográficos de região para região, incluindo no interior do mesmo país	Criação de oportunidades e desafios, desde investimentos em infraestruturas e modelos de acessibilidade ao acesso a serviços.
Afetação da posição da Europa no mundo por via das mudanças demográficas	A parcela da Europa na população e no PIB globais tornar-se-ão comparativamente menores, desafiando a estabilidade do processo de construção europeia e da cooperação entre os Estados-membros, e exigindo maior esforço nessa construção.
Afetação, apoio ou aceleração mútua das mudanças demográficas e das “transições gêmeas” (verde e digital)	Reforço da relevância da previsão estratégica como ferramenta essencial para prever e preparar políticas para tratar dessas questões.

Fonte de dados: European Commission Report on the Impact of Demographic Change 2020, disp. em https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/demography_report_2020_n.pdf. Adaptação do autor.

Não deverá existir uma abordagem única, antes se espera que os governos e as instituições regionais e locais definam estratégias próprias e contribuam assim para a criação de soluções que possam ser replicadas de forma ajustada em outras geografias.



Desta forma, enquanto a nível europeu se aguarda a publicação, no início de 2021, de um Livro Verde sobre o envelhecimento, os países e as regiões devem avançar com políticas e ações concretas na promoção da mudança para uma sociedade com maior longevidade, identificando, não apenas os desafios que esta coloca às políticas e aos sistemas existentes e cada vez mais desajustados, mas também (sobretudo) identificando as oportunidades que se abrem, quer no que respeita ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, quer no desenho de novos modelos económicos, sociais e de governança que sejam capazes de responder às necessidades da população que te(re)mos.

O debate fica aquém do necessário quando não inclui toda uma onda de mudança que será necessário promover transversalmente na economia e na sociedade para acomodar as necessidades e aproveitar as oportunidades que esta nova realidade comporta. Devemos passar, finalmente, do envelhecimento à longevidade, dos desafios às oportunidades, para poder definir verdadeiras estratégias que, ao nível local e nacional, para além da gestão e mitigação dos impactos negativos desta mutação, permita identificar as oportunidades nos diferentes setores e desenhar soluções concretas para a ação pública e privada nesse novo contexto que está em desenvolvimento.

Dinâmicas territoriais e empreendedorismo – a relevância dos ecossistemas de suporte no apoio à inovação

O empreendedorismo - também no contexto da economia do mar - tem vindo a lograr uma atenção e investimento crescentes nos últimos anos em Portugal.

A RNI - Rede Nacional de Incubadoras anuncia na sua *webpage* representar 130 incubadoras existentes no País, criadas por iniciativa de universidades, polos científicos e tecnológicos, autarquias, empresas privadas ou entidades estrangeiras.

Dedicadas especificamente ao empreendedorismo azul contam-se pelos dedos de uma mão, mas se considerarmos aquelas que acolhem projetos de economia azul podemos chegar a uma dezena de incubadoras e aceleradoras em todo o país, que a Mare Startup – iniciativa Mare Startup, criada por iniciativa da FCUL, com a parceria da Universidade Católica Portuguesa, da Fórum Oceano e da SaeR – reuniu há quase dois anos num primeiro encontro de incubadoras-mar, da qual resultou uma proposta de rede nacional de incubadoras dedicadas à economia azul que se encontra em desenvolvimento.

Nem todas oferecem – de facto a maioria destas incubadoras não o faz – serviços associados de formação, mentoria e acompanhamento das suas incubadas, mas existem já alguns exemplos de incubação e aceleração de *startups* com componente de capacitação associado, que têm vindo a ser implementados, com graus de sucesso muito díspares. Além disso, têm sido propostos programas de capacitação para empreendedores sem ligação específica a uma incubadora, mas complementando a oferta das incubadoras existentes.

O programa lançado pela DGPM Bluetech Accelerator, focado em projetos já em TRL5, tem sido apresentado como exemplo a desenvolver e aprofundar, e a sua valia encontra-se na dimensão internacional e no suporte institucional de que goza, com alguma ancoragem em alguns portos nacionais, mas sem enraizamento específico nos territórios onde são realizados os programas de aceleração.

Partindo da análise de alguns projetos empreendedores, pode ser proposta uma metodologia de suporte à inovação e empreendedorismo de base territorial que visa a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, a partir da criação e dinamização de «ecossistemas de suporte» .



Um outro exemplo destes programas de capacitação encontra-se na iniciativa Mare Startup, criada com o objetivo de oferecer exatamente um modelo de formação e de capacitação a empreendedores incubados (ou a incubar) em qualquer incubadora nacional, distinguindo-se por oferecer um suporte científico e técnico alargado e uma visão integrada da economia do mar.

Partindo da análise destes projetos, identifica-se, no entanto, uma lacuna que urge preencher se se pretende que o empreendedorismo – e o empreendedorismo azul em particular – contribua para o desenvolvimento do território, nomeadamente os territórios mais fragilizados, fixando novas empresas e criando emprego qualificado.

A ideação apenas revela todo o seu potencial como processo de inovação quando foi identificado um problema que é necessário resolver.



Assim, com base nas experiências já verificadas, pode ser proposta uma metodologia de suporte à inovação e empreendedorismo de base territorial que visa a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo como base o incremento da cooperação e inovação no setor e as dinâmicas existentes nos territórios, a partir da criação e dinamização de «ecossistemas de suporte» no contexto de processos de ideação, ou processos inovativos.

É necessário, para tal, ter claro o que é o processo de ideação, reforçando o olhar amplo que permita enquadrar o processo na sua forma integrada e evitando modelos mais simplistas, que ao esquecer/ignorar os vários passos nas diferentes fases do processo falham a identificação de pressupostos, cometendo erros de avaliação que tornam os processos mais lentos, mais duros, criando oportunidades para a instalação de fadiga, e não raro desistência de processos que poderiam ter tido outro desfecho e outro resultado para o desenvolvimento de um território.

IDEAÇÃO: UM PASSO INTERMÉDIO NA CADEIA DO PROCESSO INOVATIVO

Uma boa sessão de ideação é um processo estruturado de orientar as pessoas certas através de uma série de exercícios cuidadosamente desenhados para conceber ou identificar ideias inovadoras.

No ambiente corporativo, “Ideação” define a geração de novas ideias e conceitos para resolver problemas específicos - problemas que os clientes da empresa enfrentam (criando conceitos de negócios para novos produtos e serviços que a organização pode fornecer), ou problemas que a empresa enfrenta (resultando em melhorias na sua estrutura interna ou nos seus processos).

Frequentemente, no entanto, a ideação tem sido usada também em ambiente pré-corporativo, na identificação de soluções resultante de investigação

aplicada realizada em centros de investigação e de tecnologia por vezes ancorados em universidades, procurando direcionar os esforços e investimento em investigação e inovação para o desenvolvimento de ideias que possam ser trabalhadas numa fase pós-investigação em ambientes corporativos, pela criação de *spinn offs* ou acolhimento em empresas pré-existent.

Na verdade, a Ideação, tomada por vezes como o início do processo de inovação não é, no entanto, mais do que um passo intermédio na cadeia do processo inovativo, que se estende por 9 passos entre a avaliação de capacidades e o lançamento no mercado.

Uma abordagem ao empreendedorismo integrada, e ancorada no território e nas especificidades dos sistemas locais permite atingir melhor os objetivos a que os sistemas de empreendedorismo se propõem.



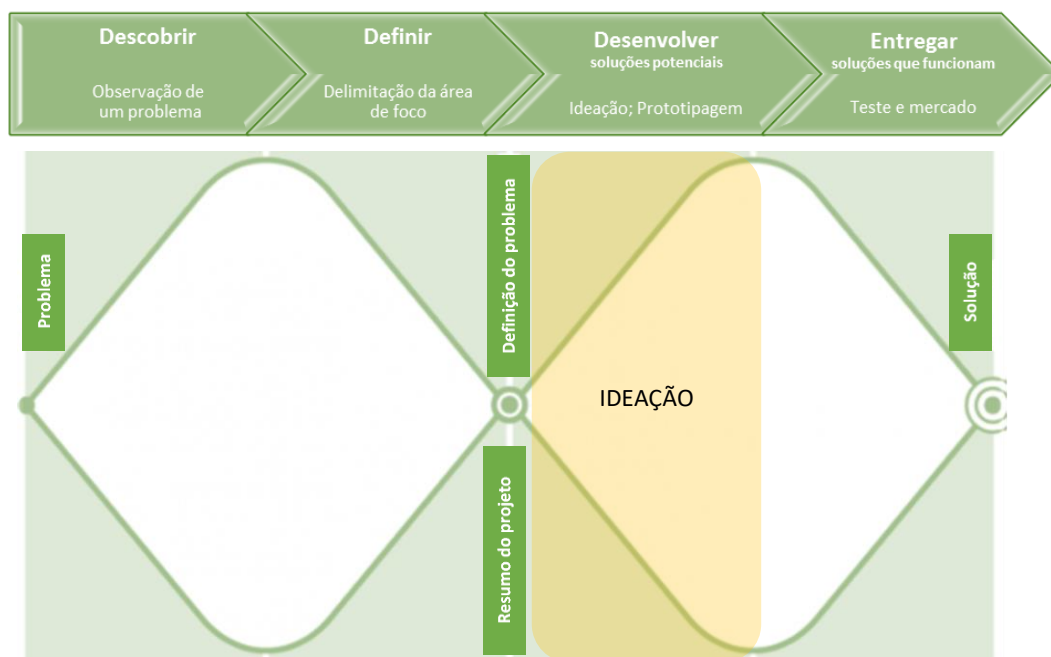
Com efeito, a ideação apenas revela todo o seu potencial como processo de inovação quando foi identificado um problema que é necessário resolver, e se percorre um caminho de discernimento que pondera as capacidades e vias de resposta, ou, por outras palavras, as novas ideias (proposta de novos serviços ou produtos) são inúteis, se não estiverem a responder a problemas existentes e sentidos pelo seu mercado – se estiver a pensar em problemas que não são relevantes para o seu público/cliente potencial.

Assim, no processo inovativo, e tendo como base a estrutura ‘Double Diamond’ amplamente difundida, a ideação é o ponto de partida do segundo “diamante”.

O processo inovativo



Fonte: *Innovation Workshop guide*, Board of innovation. Adaptação do autor



Fonte: *Innovation Workshop guide*, Board of innovation. Adaptação do autor

Para os processos de ideação em ambiente pré-corporativo, o apoio à estruturação e desenvolvimento de soluções inovadoras exige, não apenas a criação de um “ecossistema de suporte”, mas a inserção de um agente dinamizador que localmente conheça e acompanhe em proximidade o processo.

Em ambiente corporativo ou em ambiente pré-corporativo, o apoio à estruturação e desenvolvimento de soluções inovadoras exige reunir o conjunto certo de pessoas da organização e uma boa combinação de facilitadores para criar novas ideias de apoio à tomada de decisão: um bom processo de ideação envolve a participação de grupos multidisciplinares e uma boa combinação de facilitadores para criar ideias geradoras de oportunidades de negócios.

Trata-se assim da criação de um “ecossistema de suporte” – uma rede de parceiros-chave que vão dar sustentação ao projeto, incluindo não só entidades públicas, do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), unidades de transferência tecnológica, mas também privadas – outras empresas e associações empresariais setoriais.



No entanto, para os processos de ideação em ambiente pré-corporativo, e dada a realidade das instituições e dos seus processos internos, torna-se fundamental inserir ainda um *agente dinamizador* que localmente conheça e acompanhe em proximidade o processo de investigação desde os seus primeiros passos e possa animar dinâmicas de desenvolvimento e estruturação de ideias com potencial acrescido, orientando a sua evolução de forma consistente e inserindo-as, a seu tempo, no ecossistema de suporte referido.

Desta forma, os programas de apoio ao empreendedorismo tornam-se mais abrangentes, permitindo ao empreendedor aferir não apenas da bondade da

respetiva ideia/produto/serviço, mas da sua real utilidade e capacidade de resposta a uma necessidade do mercado.

Trata-se assim de criar um programa de ideação integrado que se distingue por se alongar para além das fases normais dos programas de ideação para abarcar o processo inovativo.

Este processo será tanto mais bem-sucedido quanto se desenvolva desde uma fase *ex-ante*, de ancoragem nas necessidades específicas de um território e do tecido empresarial local, e se prolongue até uma outra, *ex-post*, de encaminhamento estratégico (orientação para programas de aceleração e *deployment*).

Desta forma, poderão responder melhor aos objetivos que presidem a estas iniciativas de apoio ao empreendedorismo que se encontram hoje mais ou menos disseminadas em Portugal, na sua maior parte, contudo, sem grande sucesso no desenvolvimento dos territórios onde se encontram ou até no mercado abstratamente considerado.

A construção de um programa integrado de suporte ao empreendedorismo de base e com resultados efetivos no desenvolvimento territorial exige, assim, o cumprimento de três condições: reunir o conjunto certo de pessoas da organização; envolver a participação de grupos multidisciplinares e incorporar uma boa combinação de facilitadores, criando assim um “ecossistema de suporte”.

Este ecossistema de suporte constitui uma rede de parceiros-chave incluindo entidades públicas e privadas, e insere um agente dinamizador que conheça e acompanhe em proximidade o processo desde os seus primeiros passos, possa animar dinâmicas de desenvolvimento e possa inseri-las, a seu tempo, no ecossistema territorial.

Para que o esforço do empreendedorismo resulte em casos de sucesso ancorados e com impacto no desenvolvimento dos territórios, é essencial uma visão integrada do processos de ideação que conduza à criação de ecossistemas de suporte que acompanhem todo o processo.

